

POLÍTICAS URBANAS NO PÓS-FORDISMO: O CASO DO PUERTO NORTE EM ROSÁRIO, ARGENTINA

URBAN POLICIES ON POST-FORDIST: THE CASE OF PUERTO NORTE IN ROSARIO, ARGENTINA

POLITICAS URBANAS EN POSTFORDISMO: EL CASO DE PUERTO NORTE EN ROSARIO, ARGENTINA

Arthur Martins Oliveira. Arquiteto e Urbanista (FAU Mackenzie). Mestrando em Gestão Urbana (PPGTU) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Curitiba; Brasil.
 E-mail: au.oliveirarthur@gmail.com

Resumo

O enfraquecimento do modelo fordista aliado à ascensão de políticas neoliberais estabeleceram, após a década de 1970, novas formas de produção do espaço urbano. Tais formas, num sentido cada vez mais mercadológico, promoveram impactos em diferentes escalas nas cidades. Com o objetivo de discutir esses impactos, o presente artigo apresenta-se em duas partes. Na primeira parte destacam-se: a) As transformações funcionais e físico-espaciais das indústrias fordistas, dando origem a novas formas de ocupação industrial nas cidades; e b) O surgimento de novas políticas urbanas, que por meio de estratégias de planejamento e gestão, a exemplo de GPUs, visaram a reconstrução de determinados compartimentos urbanos subutilizados e obsoletos por meio de estratégias público-privadas. Já na segunda parte do artigo, a partir do estudo empírico do GPU Puerto Norte, em Rosário, Argentina, busca-se discutir alguns impactos gerados pelo projeto para a antiga área ferro-portuária subutilizada da cidade argentina. Além disso, o trabalho busca expor um breve histórico da produção da cidade pós-fordista, destacando algumas características e impactos originários desse “modelo” no espaço urbano contemporâneo. Compreende-se como necessária a análise dos impactos gerados pela implantação de novas políticas urbanas, de forma a contribuir para o debate e planejamento de intervenções nas cidades cada vez mais adequadas às suas realidades.

Palavras-chave: Fordismo; Pós-fordismo; Políticas urbanas; Neoliberalismo; Grandes projetos urbanos.

Abstract

The weakening of the Fordism model coupled with the rise of neoliberal policies established, after the 1970s, new forms of urban space production. Such forms, in an increasingly market sense, promoted impacts at different scales in cities. In order to discuss these

impacts, this paper is presented in two parts. The first part highlights: a) The functional and physical-spatial transformations of Fordist industries, giving rise to new forms of industrial occupation in cities; and b) The emergence of new urban policies, which through planning and management strategies, such as GPUs, aimed at the reconstruction of certain underutilized and obsolete urban compartments through public-private strategies. In the second part of the article, from the empirical study of the GPU Puerto Norte, in Rosario, Argentina, we seek to discuss some impacts generated by the project for the former underused iron-port area of the Argentine city. In addition, the paper seeks to expose a brief history of the production of the post-Fordist city, highlighting some characteristics and impacts originating from this "model" in contemporary urban space. It is understood as necessary to analyze the impacts generated by the implementation of new urban policies, in order to contribute to the debate and planning of interventions in cities increasingly appropriate to their realities.

Keywords: Fordism; Post-Fordist; Urban Policies; Neoliberalism; Large Urban Projects.

Resumen

El debilitamiento del modelo fordista junto con el surgimiento de políticas neoliberales estableció, después de la década de 1970, nuevas formas de producción espacial urbana. Tales formas, en un sentido cada vez más de mercado, promovieron impactos a diferentes escalas en las ciudades. Para discutir estos impactos, este documento se presenta en dos partes. En la primera parte, se destacan los siguientes: a) Las transformaciones funcionales y físico-espaciales de las industrias fordistas, dando lugar a nuevas formas de ocupación industrial en las ciudades; y b) La aparición de nuevas políticas urbanas, que a través de estrategias de planificación y gestión, como las GPU, apuntaban a la reconstrucción de ciertos compartimentos urbanos subutilizados y obsoletos a través de estrategias público-privadas. En la segunda parte del artículo, del estudio empírico de la GPU Puerto Norte, en Rosario, Argentina, buscamos discutir algunos impactos generados por el proyecto para la antigua área subutilizada del puerto de hierro de la ciudad argentina. Además, el documento busca exponer una breve historia de la producción de la ciudad pos fordista, destacando algunas características e impactos que se originan de este "modelo" en el espacio urbano contemporáneo. Se entiende que es necesario analizar los impactos generados por la implementación de nuevas políticas urbanas, a fin de contribuir al debate y la planificación de intervenciones en ciudades cada vez más adecuadas a sus realidades.

Palabras clave: Fordismo; Postfordismo; Políticas Urbanas; Neoliberalismo; Grandes Proyectos Urbanos.

INTRODUÇÃO

As transformações do capitalismo observadas a partir da década de 1970 motivaram novas formas de produção do espaço urbano, englobando modificações econômicas, socioculturais e políticas, marcando o início de uma nova cidade, definida por alguns autores como “pós-moderna”, “pós-industrial” ou “pós-fordista” (LIPIETZ, 1997; LEBGORN, 1988; HARVEY, 1992; BOTELHO, 2000; NOBRE, 2000; MENDES, 2009). Essa forma de produção do espaço surge em contraponto ao modelo do Estado como elemento fundamental de desenvolvimento, ideal fortemente abalado pelas reformas econômicas de características empresariais e também pelo surgimento das novas tecnologias. Nesse contexto, as cidades passaram a buscar alternativas para reversão de problemas aparentemente novos por meio de estratégias de desenvolvimento e produção do seu espaço. Tais estratégias vão além, portanto, das tradicionais formas de gestão urbana, de caráter precipuamente regulador e de monitoramento, adotando ações inspiradas no mercado, de modo competitivo.

Essa substituição de um modo de planejamento integrado e regulador por um modelo estratégico, de características comumente pontuais, dá origem a um processo de desregulamentação urbanística, de cunho neoliberal, em que a ênfase éposta na relação entre os governos locais e grupos corporativos na promoção do desenvolvimento urbano. Essa mudança de procedimentos é descrita por Nobre (2000) ao afirmar que:

[...] os governos locais e grupos empresariais mobilizaram-se para facilitar a atração de capitais, estimulando o mercado imobiliário, através da desregulamentação do uso do solo e financiamento público dos projetos (NOBRE, 2000, p. 94).

Considerando a adoção dessa definição de mudança de procedimentos na produção do espaço urbano, propõe-se para este artigo uma abordagem do contexto pós-fordista pela modificação da soberania e regulação por parte do Estado sobre a iniciativa privada. Como princípio fundamental desse processo, destacam-se a aliança e a exposição cada vez maior das empresas privadas na produção das políticas urbanas contemporâneas, evidenciando o papel promotor que passa a ser conferido ao Estado, e não mais um papel de ente regulador.

Atribui-se a origem desse processo a questões como o “Thatcherismo” no Reino Unido, no final dos anos 1970, e o “Reaganismo” nos EUA no início dos 1980, que promoveram o desprendimento dos padrões fordistas-keynesianos com mudanças graduais na orientação político-econômica. No contexto urbano, tais modificações impulsionaram o surgimento de novas políticas e estratégias de desenvolvimento da cidade, alinhadas às perspectivas empresariais e globais, a exemplo dos grandes projetos urbanos, que passaremos a tratar aqui de GPUs.

Sempre capazes de arregimentar grandes volumes de recursos privados e públicos, os GPUs na maioria das vezes sugerem uma expansão física e de renovação urbana de áreas subutilizadas. Por mais que seja evidente a emergência de projetos de intervenção em determinadas áreas que se encontram em contexto de degradação, a crítica a tais projetos é veemente por parte da literatura. Estudo de Ultramari e Rezende (2001), por exemplo, atesta que nesses projetos existe um grande risco de malversação de recursos, apropriação indevida por grupos minoritários e geração de impactos negativos de difícil mitigação e compensação para a cidade.

Por outra via, Garay *et al.* (2013), ao discorrerem sobre o GPU Puerto Madero, um dos mais emblemáticos de revitalização de áreas pós-industriais latino-americanas, aponta a importância de intervenções dessa ordem nas cidades contemporâneas. Segundo os autores, projetos assim podem possibilitar o estímulo à economia, criar empregos e recuperar a vitalidade de áreas urbanas.

Destaca-se, assim, que, independentemente da abordagem, os GPUs constituem um símbolo expressivo de modificação das políticas urbanas contemporâneas, marcando a ruptura de um contexto de intervenções estatais para a influência cada vez maior de empresas privadas no desenvolvimento das cidades.

O objetivo deste artigo é, portanto, analisar e discutir o contexto pós-fordista nas cidades e o novo paradigma das políticas urbanas. Além disso, busca-se, a partir de uma perspectiva empírica de análise, contextualizar tais processos apontados por essa discussão na realidade latino-americana.

Para tanto, o artigo divide-se em duas partes. Na primeira destacam-se duas questões principais: a) As transformações funcionais e físico-espaciais das indústrias fordistas, dando origem a novas formas de ocupação industrial nas cidades; e b) As modificações e o novo paradigma das políticas urbanas contemporâneas, que por meio de estratégias alinhadas ao modo empresarial, a exemplo dos GPUs, visaram a construção de uma nova imagem urbana global.

Já na segunda, objetiva-se, a partir da análise empírica do GPU Puerto Norte em Rosário, Argentina, discutir o contexto pós-fordista na realidade latino-americana.

A PRODUÇÃO DA CIDADE NO PÓS-FORDISMO

Considera-se o período do pós-Segunda Guerra a meados da década de 1970 (1945-1970) como os “anos dourados” do capitalismo (BALANCO; PINTO, 2007). Nesse período, as formas de produção em massa alinhadas ao *Welfare State* keynesiano aqueciam a economia na medida em que se ampliava o mercado consumidor. Lipietz (1997), buscando a conceituação do fordismo e sua abrangência, utiliza três planos analíticos: a) Como princípio geral da organização do trabalho; b) Como estrutura macroeconômica; e c) Como sistema de regras, no qual o modelo também funcionava como instrumento de regulação social por meio das contratualizações de longo prazo, dos limites rígidos e das demissões.

Após os anos 1970, inicia-se um período de forte estagnação econômica global, que expõe a insustentabilidade do modelo de acumulação fordista e dá sinais profundos de uma crise estrutural do sistema (MÉSZÁROS, 2006. Para Harvey (1992), a partir da década de 1970, tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade fordista-keynesiana de conter as contradições do sistema capitalista, resultando em grandes dificuldades que podem ser entendidas por uma única palavra: rigidez (HARVEY, 1992).

Observam-se, a partir desse processo, determinados sintomas de mudança envolvendo a emergência de uma nova forma de pressão e funcionamento do capital, referindo-se ao tempo e ao espaço. Assim, o interesse de mercado e a promoção da imagem da cidade no contexto global competitivo atribuíram ao planejamento e à gestão urbana formas diferenciadas das ações produzidas anteriormente.

A preocupação das cidades passou a ser a promoção de sua competitividade por meio da atração de empresas e de grupos investidores. Segundo estudo de Somekh e Campos Neto (2005), a partir da década de 1980:

[...] o chamado “planejamento estratégico” passou a figurar de maneira proeminente entre as políticas urbanas adotadas por municipalidades europeias, tornando-se muitas vezes nada mais que o sinônimo de uma postura competitiva e empresarial preocupada com a atração de investimentos, eventos e turismo, com a imagem urbana e a reinserção otimizada de cada cidade no panorama europeu e mundial (SOMEKH; CAMPOS NETO, 2005, p. 1).

Em outras palavras, a produção da cidade no pós-fordismo assumiu caráter cada vez mais dinâmico e empreendedor, em que o planejamento urbano passou a atuar também como ferramenta promotora para a readequação dos mercados.

Nos itens subsequentes são apresentadas transformações originárias desse processo nas cidades. Num primeiro momento destaca-se a modificação dos padrões industriais fordistas de implantação urbana, e num segundo discute-se a implantação de GPUs como símbolo de uma nova política urbana, definida aqui como pós-fordista e que busca a reconstrução da imagem das cidades.

MODIFICAÇÕES FUNCIONAIS E FÍSICO-ESPACIAIS

Segundo Lefebvre (2001), o espaço urbano é sempre transformado e reconfigurado pela lógica do capitalismo, nunca se tratando de uma realidade fixa ou preconcebida. Nesse sentido, Boddy (1990) destaca que a organização das indústrias pós-fordistas estabeleceu novas dinâmicas de aglomeração em diferentes locais da paisagem. A descentralização industrial passou então a refletir de maneira direta nas cidades, primeiro pelas implantações em novos locais e, segundo, pela subutilização e obsolescência dos antigos espaços industriais.

Em meio a essa decadência das formas rígidas de produção fordistas, destacam-se questões como o surgimento da microeletrônica, a formação de complexos altamente tecnológicos, o aumento na associação de universidades com centros de pesquisa avançados e a ascendência da participação de empresas privadas nesse processo.

Como forma de ilustração para o surgimento desses novos complexos tecnológicos, o caso norte-americano do Silicon Valley é bastante significativo. Idealizado pela Universidade de Stanford, é localizado ao sul de San Francisco e tem como característica principal a abordagem tecnológica e a grande produção de silício aliada à mão de obra qualificada. Segundo Miskolci (2014):

[...] o modelo de ocupação urbana observado no Silicon Valley adquiriu ali um de seus pontos nodais, já que se constituiu como um dos centros irradiadores da nova economia, baseada em tecnologia, inovação e empreendedorismo (MISKOLCI, 2014, p. 271).

Entretanto, entende-se que os padrões observados em Silicon Valley não se aplicam a todos os contextos globais. Existem diferenças que atribuem distintos significados e formas de funcionamento do capital nos territórios, tornando específico cada

contexto. Bernstein (2010), por exemplo, ao analisar a produção do espaço de Silicon Valley, a define como atípica e de baixa representatividade, fazendo alusão às características de exceção que existem no complexo.

Dessa forma, mesmo não se comportando de maneira uniforme nas realidades urbanas globais, o contexto pós-fordista já produz impactos expressivos nas cidades ao redor do mundo. A subutilização e a obsolescência de antigas estruturas produtivas ligadas ao fordismo se traduzem em símbolos do interesse público-privado, em que as novas políticas urbanas confluem para uma ideia de revitalização dessas áreas, estimulando a competitividade nas lógicas empresariais de desenvolvimento predominantes na atualidade.

No próximo item discutem-se os GPUs e o novo paradigma da política urbana estabelecido pós-década de 1970, em que o Estado vincula-se exponencialmente à iniciativa privada na construção e promoção do desenvolvimento urbano dos espaços subutilizados e obsoletos e da cidade como um todo.

GPUS E AS NOVAS POLÍTICAS URBANAS

Segundo Barenboim (2015), a eficiência das políticas urbanas é construída por meio da heterogeneidade dos instrumentos adotados e da utilização racional dos recursos para solução das necessidades. Tais políticas, segundo a autora, compreendem três questões principais: I) O ordenamento urbano, buscando estabelecer critérios para o uso racional do solo; II) A gestão, que incide sobre o ordenamento urbano de forma a controlar seu desenvolvimento; III) A captação de mais-valias por parte do setor público, em que o Estado implementa instrumentos numa espécie de compensação para o espaço urbano.

Em determinados casos, tais políticas foram marcadas por uma atuação tradicionalmente de esquerda, enfrentando as problemáticas com políticas sociais compensatórias. Em outros, adquiriram atuação empreendedora, em que, por meio do dinamismo econômico, buscaram promover a competitividade urbana (SOMEKH; CAMPOS NETO, 2005). É o momento que marca a ascensão do planejamento estratégico, que a partir dos anos 1970 e 1980 passa a figurar predominantemente entre as políticas urbanas globais. Nesse contexto estratégico, os GPUs surgem como instrumento de uma nova política urbana, podendo combinar ações públicas e privadas com diferentes interesses em questão.

Lungo (2004) conceitua os GPUs como intervenções que vão desde a recuperação de centros históricos, construção de sistemas de transporte, reutilização de terras públicas em desuso (antigos aeroportos, zonas portuárias e industriais) até a execução de projetos de melhoramento habitacional de grande escala. Segundo Toffano e Valoto (2011), os GPUs são:

[...] um tipo de intervenção física que promove transformações territoriais nos espaços urbanos, podendo criar novas regiões na configuração de um lugar. Essas novas territorialidades atingem uma expressiva escala urbana e geram novos significados para os governos, as empresas e os cidadãos (TOFFANO; VALOTO, 2011, p. 83).

Segundo estudo de Gadens, Hardt e Frey (2012), é possível identificar duas correntes claras que discutem tais intervenções, uma positivista e uma crítica. A primeira, defendida por autores como Borja e Castells (2000) e Del Rio (2000), exalta, dentro

da perspectiva do planejamento estratégico, as possibilidades positivas sem destacar a natureza dos interesses envolvidos nos projetos. E a segunda, pela via crítica com autores como Harvey (1992) e Cuenya (2006), que discutem a dificuldade de consensos nos GPUs e o risco da distribuição desigual de espaço urbano.

Dessa forma, entendem-se os GPUs como um dos instrumentos da política urbana contemporânea utilizados para promover as cidades em um nível competitivo no cenário global. No item seguinte, tais discussões são trazidas para o contexto urbano latino-americano a partir do estudo empírico do GPU Puerto Norte, que busca destacar contextos históricos, fases do projeto e também alguns impactos já observados na área.

O CASO DO PUERTO NORTE EM ROSÁRIO, ARGENTINA

Observa-se que na América Latina, diferentemente dos países centrais, as políticas urbanas pós-fordistas, a exemplo da implementação dos GPUs, tornaram-se recorrentes somente após a década de 1990. De acordo com Gadens, Hardt e Frey (2012), com a globalização e a redemocratização latina, ocorreu um processo de reformulação política:

[...] onde o Estado, que na década de 1970 era ainda forte e centralizador de decisões com visão tecnicista, passou a ter a necessidade de se reestruturar na medida em que as cidades ganhavam dimensões globalizadas (GADENS; HARDT; FREY, 2012, p. 26).

Na realidade argentina, são observadas tais iniciativas de reconstrução por parte do Estado em casos como a reconversão de Puerto Madero em Buenos Aires e a reconversão do Puerto Norte em Rosário, este objeto de análise do presente artigo, onde as antigas atividades industriais e portuárias deram lugar a um novo tipo de urbanização, que alia iniciativas empresariais a concessões estatais. Consideram-se os mandatos do ex-presidente argentino Carlos Menem (1989-1999) como um dos principais símbolos desse processo de desregularização urbanística e novas políticas neoliberais. Nesse período, em toda a Argentina evidenciou-se a diminuição da gerência estatal, resultando em uma expressiva abertura comercial e um aumento da participação de empresas privadas.

Ao GPU Puerto Norte atribui-se o significado de uma das mais importantes obras de planejamento na cidade de Rosário em tempos recentes (CUENYA, 2011), sobretudo pela dimensão que representa na malha rosarina e também pela busca de conciliação de interesses, com clara geração de polêmicas a partir de uma relação entre Estado e iniciativa privada. Do seu ponto de vista conceitual, é claramente entendido como um GPU, abrangendo cerca de 100 ha de antigas áreas industriais inseridas na costa do rio Paraná e concentrando investimentos público-privados (CUENYA, 2006, 2011; CUENYA *et al.*, 2012; BARENBOIM, 2015; GALIMBERTI, 2016; VERA, 2018). Por possuir localização estratégica, a intervenção para a área já era discutida muito antes do projeto. Todavia, por questões políticas e econômicas, sua renovação só começou a ser materializada a partir dos anos 1990, muito influenciada pelo contexto neoliberal, afirmado anteriormente, que transcorria na política argentina desse período.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade de Rosário, localizada no sudeste do país, a 300 km da capital Buenos Aires, sempre representou importância na economia agroexportadora argentina, tendo

seu crescimento urbano marcado pela relação com o rio Paraná e com as instalações ferro-portuárias (SCARPACCI, 2017). Segundo Vera (2018), desde o século XIX, a área norte da cidade havia sido direcionada para fins industriais e portuários, tendo grande representatividade para o país por estar localizada na terceira cidade mais importante, depois de Buenos Aires e Córdoba.



Figura 1: Localização da área do Puerto Norte e da cidade de Rosário, na Argentina.
Fonte: Elaborada pelo autor.

Destaca-se que, como em toda a América Latina, Rosário passa a experenciar as políticas urbanas pós-fordistas e modificar a produção de seu espaço num sentido empresarial expressivamente na última década do século XX. A área do Puerto Norte se caracterizou historicamente pela sua evidente relação com a industrialização, concentrando um dos enclaves industriais e portuários da cidade.

Por mais que os planos urbanos rosarinos de 1952 e 1967 já houvessem determinado o desmantelamento das atividades industriais e portuárias existentes em Puerto Norte, foi apenas após os anos 1990, com o fim da ditadura argentina e o início da ascensão neoliberal, que os governos locais passaram a modificar suas atuações.

Nesse sentido, em 1991 é realizado na cidade o Seminário Internacional de Projetos Urbanos para Puerto Norte. Scarpacci e Añaños (2014) destacam que o evento criado pela municipalidade de Rosário, em parceria com universidades locais, teve como característica principal a definição de três grandes eixos problemáticos para a área: I) Conexão Centro-Norte; II) Construção de habitações, equipamentos urbanos e espaço público; III) Preservação do patrimônio industrial ferro-portuário presente.

Dessa forma, após as modificações políticas e a forte influência de um novo pensamento na construção da cidade, o processo normativo para a reestruturação do Puerto Norte se inicia na década de 1990 como operação urbana “Centro de Renovación Urbana Scalabrini Ortiz”, definida em duas fases e que simbolizava o reordenamento dos espaços buscando adequar-se ao novo modelo de cidade predominante, de caráter neoliberal e em direção à economia de serviços.

FASES DO PROJETO

Puerto Norte se apresenta como área de oportunidade devido a sua localização privilegiada, sua importância histórico-cultural e sua possibilidade de gerar conexão entre diferentes regiões. As normativas e intervenções estabelecidas para a área por meio da operação “Centro de Renovação Urbana Scalabrini Ortiz” tiveram o início em 1996, com a primeira fase do projeto, e continuidade em 2005, com a segunda fase.

Na primeira fase (1996-2004), que engloba cerca de 30% da área, foi destinada a implantação do Parque Scalabrini Ortiz, do Shopping Alto Rosario e do Supermercado Coto. Segundo Barenboim (2016), essa fase também definiu a ampliação de ruas, a definição de novos usos e edifícios históricos a serem preservados.

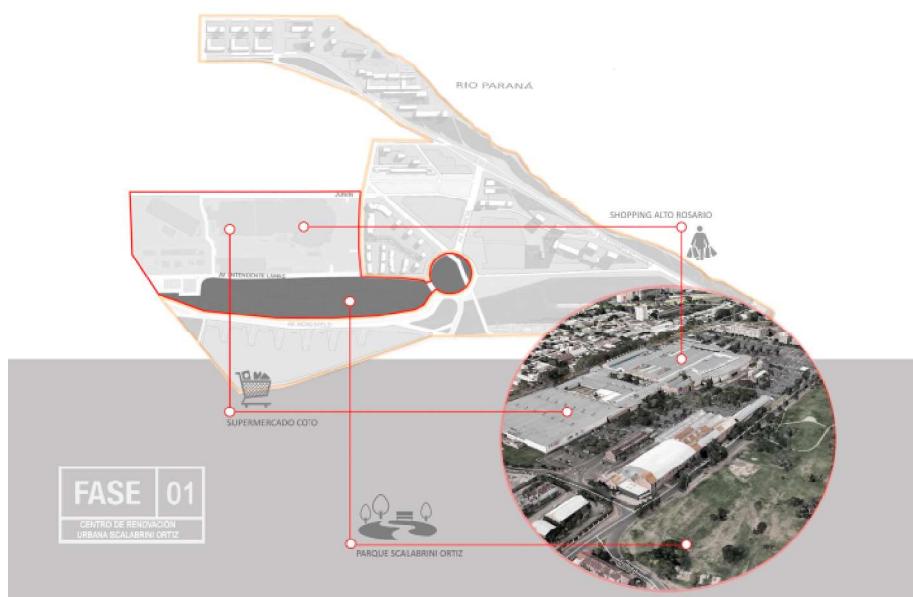


Figura 2: Fase 01 Centro de Renovación Urbana Scalabrini Ortiz.

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos arquivos da Secretaria de Planejamento de Rosário, Argentina.

Na segunda fase, que teve início em 2005, foi definida para o restante dos aproximadamente 98 ha do GPU a criação de um parque polifuncional contemplando a construção de habitações, espaços públicos e edificações de outros usos, especialmente recreativos. Segundo Galimberti (2016), o projeto para essa segunda fase é fruto do concurso nacional criado em 2004 pelo convênio entre municipalidade e Colegio de Arquitectos de la Provincia de Santa Fe, o qual foi vencido pela equipe de Juan Munuce. Scarpacci e Añaños atestam que:

[...] *El anteproyecto de Munuce va a sostener los intereses del seminario de 1991 y el jurado va a valorar esta lógica de continuidad de las ideas que se habían elaborado de manera comunitaria a través del tiempo* (SCARPACCI; AÑAÑOS, 2014, p. 8).

A proposta dividiu o GPU Puerto Norte em sete unidades de gestão (UG) público-privadas, justificadas pela premissa de que áreas mais reduzidas facilitariam a dinamização e a gestão mais aplicada dos projetos e das diretrizes estabelecidas.

Segundo Barenboim (2016), esse modelo facilita a ascensão do setor terciário e a

realização de investimentos imobiliários nas antigas estruturas, sendo realizado para cada unidade de gestão (UG) um *Plan de Detalle*, visando estabelecer novos indicadores urbanos e também formalizar as obrigações dos atores envolvidos no GPU.

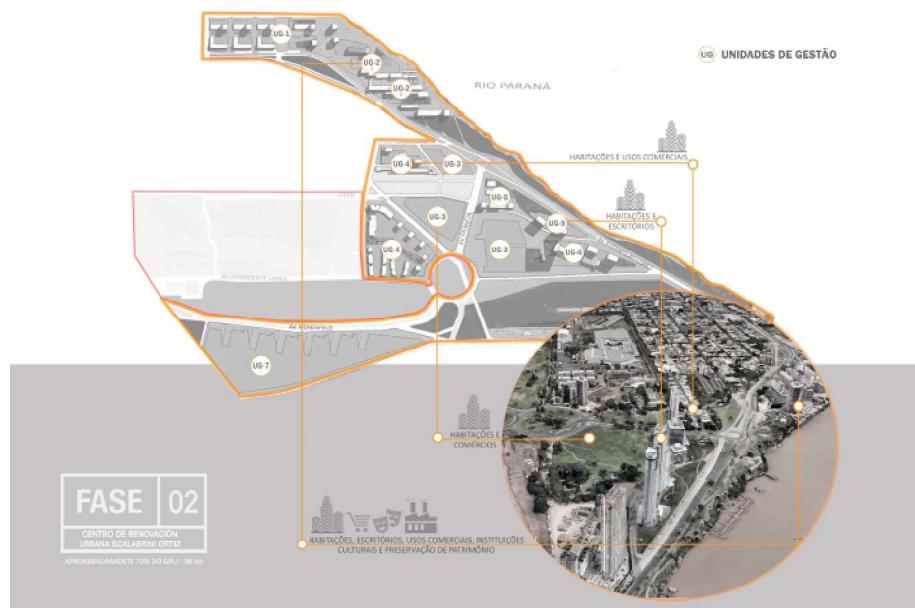


Figura 3: Fase 02 Centro de Renovación Urbana Scalabrini Ortiz e suas sete unidades de gestão (UG).
Fonte: Elaborada pelo autor com base nos arquivos da Secretaria de Planejamento de Rosário, Argentina.

Desse modo, as fases do projeto buscaram definir, por meio de convênios público-privados, novos usos, indicadores urbanísticos e formas de ocupação visando a revitalização da antiga área industrial e portuária de Rosário, num claro contexto de redução da soberania estatal e expansão da participação privada na produção do espaço urbano.

ALGUNS IMPACTOS CONSIDERADOS

Destaca-se que o GPU Puerto Norte não se encontra finalizado, dificultando uma análise mais aprofundada de suas potencialidades e problemáticas. Todavia, alguns impactos produzidos durante seu desenvolvimento já são expressivos para a cidade de Rosário, envolvendo principalmente modificações no seu contexto socioespacial.

Evidencia-se que na maior parte da área projetada, organizada sob as sete unidades de gestão (UGs), foi proposta a construção de condomínios privados e de alto valor aquisitivo, contrastantes se comparados com a realidade local, historicamente marcada pela existência de assentamentos simples e muitas vezes informais, como os destacados por Galimberti (2016), especificamente na unidade de gestão 3.

Nos bairros lindeiros de Pichincha e Refinería, por exemplo, com o desenvolvimento do GPU, antigos moradores, que em sua maioria viviam em residências unifamiliares e possuíam níveis baixos de instrução, passaram a ter que lidar com a valorização e o sobrepreço dos imóveis e dos novos padrões de consumo, ao mesmo tempo que grupos sociais favorecidos passaram a se inserir na área e a redefinir níveis econômicos (BARENBOIM, 2015).

Essa lógica deu origem ao que Añaños (2016) define como “*desplazamiento voluntario y/o involuntario*” e gentrificação por escalas combinadas, refletindo em um forte processo de modificação do padrão social da área. Segundo Galimberti,

[...] los límites presentes en este sector urbano han cambiado de dueño y de nombre, pero siguen presentes, material e inmaterialmente, en el imaginario colectivo y en el reclamo por la apropiación de estas tierras para la sociedad en su conjunto (GALIMBERTI, 2016, p. 572).

Destaca-se também que mesmo o projeto evidenciando a importância de uma memória local da cidade, seus atores se utilizaram do discurso do patrimônio histórico e ambiental como um recurso para a mercantilização urbana. Prova disso é a ausência concreta de lugares, personagens, costumes e testemunhos no projeto que compõe a identidade da área. Segundo Vera (2018), tanto o governo local quanto o setor imobiliário empregaram o patrimonial como argumento e materialidade a favor dos processos de “*recualificación, estilización, escenificación y turistificación de fragmentos urbanos a partir de la fetichización del pasado*” (VERA, 2018, p. 65).

Conforme aponta Barenboim (2016), Puerto Norte produz uma “dupla transformação socioespacial”, que por um lado materializa novos edifícios sobre a antiga paisagem subutilizada e, por outro, direciona os novos usos a um mesmo “perfil social”. Desse modo, mesmo sendo observados na área fenômenos positivos de revitalização, os reflexos de segregação que vêm sendo gerados aprofundam as desigualdades e deflagram a predominância mercadológica do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os GPUs fazem parte de um novo contexto de políticas urbanas estabelecidas pós-anos 1970, definidas aqui como pós-fordistas e que passaram gradativamente a se tornar recorrentes nas cidades contemporâneas. Os impactos e reflexos produzidos por tais intervenções sobre os territórios são diversos e de amplas abordagens, tornando-se necessário o aprofundamento sobre seus reais benefícios e restrições para as cidades.

A esse tipo de intervenção atribui-se aspecto conflitante: ao mesmo tempo que possibilitam a revitalização urbana e a refuncionalização de áreas subutilizadas das cidades, podem também possibilitar a apropriação indevida por grupos minoritários e produzir aspectos gentrificadores.

No caso do GPU Puerto Norte, observa-se que mesmo o projeto dando lugar a novos usos e novas densidades economicamente renovadoras para a antiga área industrial e portuária, a valorização demasiada do seu território expressa a dificuldade de determinados setores sociais, principalmente dos bairros vizinhos, de se inserirem no projeto. Tal característica evidencia o aspecto conflitante destacado anteriormente, em que o êxito da intervenção depende da abordagem e do ponto de vista analisado.

Desse modo, é evidente que encontramos aspectos positivos e economicamente viáveis no GPU Puerto Norte e na reconstrução de uma nova linguagem de cidade para áreas carentes de revitalização urbana. Contudo, é inegável o impacto restritivo que o projeto provoca na população local. Conforme aponta Moura (2011), para o êxito desses projetos devem ser levadas em consideração as prioridades sociais de cada território, para que sejam estabelecidas novas contribuições compensatórias a partir das parcerias.

Evidencia-se, assim, a ideia de que a problemática não está no projeto urbano como um todo, mas, sim, na carência de determinadas infraestruturas, a exemplo da ausência de habitações sociais, que simbolizam e reforçam aspectos de segregação. Dessa forma, um dos desafios das políticas urbanas pós-fordistas é garantir que tais processos configurem oportunidade de melhoria para a cidade como um todo, sendo asseguradas as integrações físicas, sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

- AÑAÑOS, M. C. *Escalas combinadas de gentrificación: estado, empresas, propietarios individuales Puerto Norte y el barrio Refinería*. Madrid, Rosario (AR): Congreso Internacional Contested Cities, 2016.
- BALANCO, P.; PINTO, E. C. *Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes*. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 27-47, 2007.
- BARENBOIM, C. A. *Impacto del megaproyecto de Puerto Norte en la transformación urbana de sus barrios circundantes en Rosario*. *Revista Dereito da Cidade*, v. 7, n. 3, p. 1311-1331. 2015.
- BARENBOIM, C. *Cambios socioespaciales en los barrios aledaños a Puerto Norte Rosario. Cuestión Urbana*, v. 1, n. 1, p. 95-110, 2016.
- BERNSTEIN, E. *Temporarily yours: intimacy, authenticity, and the commerce of sex*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- BODDY, M. *Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica*. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (org.). *Reestruturação urbana*. Rio de Janeiro, Nobel, Iuperj, 1990.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era información*. México, DF: Santillana, United Nations for Human Settlements, Taurus, 2000.
- BOTELHO, A. *Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CUENYA, B. *Grandes proyectos y sus impactos en la centralidad urbana*. *Cadernos Metrópoles*, v. 13, n. 25, p. 185-212, 2011.
- CUENYA, B. *Grandes proyectos como herramientas de creación y captación de plusvalías urbanas*. Proyecto Puerto Norte Rosario, Argentina. *Medioambiente y urbanización*, Buenos Aires: IIED-AL, v. 65, n. 1, p. 81-108, 2006.
- CUENYA, B. et al. *Movilización de plusvalías en un gran proyecto urbano: la experiencia de Puerto Norte, en Rosario*. In: CUENYA, B. et al. (comp.). *Grandes proyectos urbanos: miradas críticas sobre la experiencia argentina y brasileña*. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2012. p. 67-118.
- DEL RIO, V. *Em busca do tempo perdido*. O renascimento dos centros urbanos. *Arquitextos* 006, São Paulo, Texto Especial 028, nov. 2000.

GADENS, L. N.; HARDT, L. P. A.; FREY, K. *Das práticas de gestão de grandes projetos urbanos. Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 21-32, dec. 2012.

GALIMBERTI, C. I. *Políticas públicas en el desarrollo de grandes proyectos de reconversión urbana. Caso Puerto Norte en Rosario, Argentina. Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 36, p. 559-581, 2016.

GARAY, A. et al. *Puerto Madero: a critique*. Lincoln Institute of Land Policy, 2013. Disponível em: https://www.lincolninst.edu/pubs/2257_Puerto-Madero--A-Critique. Acesso em: 20 out. 2019.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIPIETZ, A. *O mundo do pós-fordismo. Indicadores econômicos*, Porto Alegre, fev. 1997.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. *O pós-fordismo e seu espaço. Espaço & Debates*, São Paulo, n. 25, p. 12-29, 1988

LUNGO, M. Grandes proyectos urbanos. *Una visión general*. In: LUNGO, Mario (comp.). *Grandes proyectos urbanos*. El Salvador, Cambridge (MA): UCA Editores, Lincoln Institute of Land Policy, 2004.

MENDES, L. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011.

MÉSZAROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2006. (Mundo do Trabalho).

MISKOLCI, R. *San Francisco e a nova economia do desejo*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, p. 269-295, apr. 2014.

MOURA, R. *Grandes proyectos urbanos e planejamento territorial*. 1ª Conferência ministrada na abertura da VI Semana de Geografia da Unicamp. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 1, n. 1, 2011.

NOBRE, E. A. C. *Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros – São Paulo*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SCARPACCI, M. *El GPU de Puerto Norte en el planeamiento estratégico socialista: Rosario, Argentina 2003-2013*. 2017. (Tesis de maestría) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, Ecuador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/7547>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SCARPACCI, M.; AÑAÑOS, M. C. *Puerto Norte-Refineria. Construcción y desconstrucción de una idea de ciudad*. In: JORNADA DE ENCUENTRO DE INVESTIGADORES, FACULTAD DE CIENCIA POLÍTICA Y RR. II., 2014, Rosario. Universidad Nacional de Rosario, 28 jul. 2014.

SMYTH, H. *Marketing the city: the role of flagship developments in urban regeneration*. London: E & F N Spon, 1994.

SOMECK, N.; CAMPOS NETO, C. M. *Desenvolvimento local e projetos urbanos. Arquitextos* 059, Texto Especial 059, abr. 2005.

TOFFANO, A. L.; VALOTO, F. M. *Grandes projetos urbanos no Estado do Rio de Janeiro: a influência da indústria do petróleo na Região da Ompetro e do Conleste. Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, p. 81-99, 2011.

ULTRAMARI, C.; REZENDE, D. *Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais. Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 7-14, abr./jun. 2001.

VERA, P. *Imaginarios del patrimonio en los procesos de reconversión urbana. Puerto Norte, Rosario, Argentina. urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana [on-line]*, v. 10, suppl. 1, p. 49-67, 2018.